



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
Fórum Interno dos Servidores da Reitoria do IFRS

**ATA Nº 01/2020**

1 Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às dez horas e quinze minutos, na sala  
2 203 da Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS),  
3 reuniram-se os servidores para a reunião do Fórum Interno, sob a coordenação do servidor Bruno  
4 Diniz Machado. O servidor deu início à reunião agradecendo a presença dos servidores e passou a  
5 palavra para a servidora Claudineli Carin Seiffert. **1. Comissão de consulta eleitoral para escolha**  
6 **dos novos representantes TAEs da Reitoria no Consup.** A servidora relatou que o Fórum enviou e-  
7 mail, após solicitação da Secretaria do Conselho Superior do IFRS, buscando até seis interessados  
8 em compor a comissão responsável pelo processo de consulta eleitoral para escolha dos novos  
9 representantes (titular e suplente) dos técnicos-administrativos (TAEs) da Reitoria no referido  
10 conselho. O e-mail foi enviado em 18 (dezoito) de janeiro e o prazo estabelecido para  
11 manifestação foi até 12 (doze) de fevereiro. Os colegas que se manifestaram e foram indicados  
12 para formar a comissão são: Claudineli Carin Seiffert, Guilherme Garcia Teixeira, Maria Águeda  
13 Santos da Silva e Melina Bolfe. Na sequência, Guilherme fez uma observação a respeito da  
14 importância de valorizarmos, enquanto servidores da Reitoria, esse espaço de representação que  
15 temos no Conselho Superior (Consup) da instituição. Posteriormente, Claudineli lembrou também  
16 que agora a tarefa é buscar colegas interessados em se candidatarem ao processo eleitoral,  
17 reforçando também a importância dessa representação que temos no colegiado máximo da  
18 instituição. A servidora Suélen Patrícia dos Santos, atual representante titular dos TAEs no  
19 conselho, também aproveitou para mencionar a importância do processo democrático que  
20 atualmente possibilita a escolha de um servidor técnico-administrativo para ocupar o espaço,  
21 afinal, sem essa consulta é atribuição do Reitor da instituição fazer a indicação. Por fim, Claudineli  
22 salientou que esse espaço foi uma conquista dos servidores e que, portanto, precisa ser valorizado.  
23 Suélen lembrou que o Fórum ainda não tem poder deliberativo como um Conselho de Campus  
24 (Concamp), existente em todos os *campi* da instituição, e também como o próprio Consup. Nesse

25 sentido, falou sobre sua expectativa de que isso seja encaminhado em breve. O colega Leonardo  
26 da Silva Cezarini então relatou que participou das discussões e encontros iniciais que deram origem  
27 ao que hoje é o Fórum, mas que no momento de sua criação não se conseguiu instituí-lo como um  
28 espaço deliberativo dentro da Reitoria, mas apenas consultivo. Por fim, Suélen ressaltou que  
29 precisamos ser notados; demonstrar nossa relevância enquanto Fórum. **2. Informes da**  
30 **representante TAE da Reitoria no Consup – Suélen.** Em seguida, Bruno passou a palavra  
31 novamente para a servidora Suélen, atual representante TAE da Reitoria no Consup, que começou  
32 lendo a pauta da próxima reunião do conselho, a ser realizada na próxima terça-feira, dia 03 (três)  
33 de março, no *Campus* Bento Gonçalves. O primeiro ponto é uma reunião especial para apreciação  
34 do Regimento complementar da Reitoria. Posteriormente, haverá uma reunião extraordinária para  
35 apreciação da situação de imóvel do *Campus* Ibirubá. O terceiro ponto é a primeira reunião  
36 ordinária do ano do Consup, onde serão apreciadas a Regulamentação de Encargos Docentes e a  
37 proposta de alteração da Organização Didática do IFRS. Com relação ao primeiro ponto, a  
38 apreciação do Regimento complementar da Reitoria, Suélen diz considerar muito importante que a  
39 sensibilidade que houve no sentido de incluí-lo como prioridade de apreciação no dia. Logo,  
40 Claudineli fez uma observação de que na reunião anterior do Fórum já havia uma preocupação e  
41 ainda não se tinha uma definição se o documento entraria como primeira pauta a ser apreciada,  
42 tendo em vista a importância das demais pautas previstas – as quais provavelmente gerariam  
43 discussões prolongadas e adiariam a apreciação do nosso Regimento Complementar.  
44 Posteriormente, Suélen retomou a palavra e mencionou alguns dos pontos destacados pela  
45 conselheira responsável pelo parecer do processo do documento, a servidora Adriana de Farias  
46 Ramos, do *Campus* Porto Alegre. Entre esses pontos, destacado por Adriana, está o fato do  
47 Regimento Complementar da Reitoria ter de passar pela apreciação do Conselho Superior da  
48 instituição. Nesse sentido, Suélen ressaltou que, como dito anteriormente, isso se deve ao fato de  
49 o Fórum Interno dos Servidores da Reitoria ter características diferentes dos conselhos dos *campi*  
50 e, portanto, não ter poder deliberativo que o permita aprovar tal documento internamente.  
51 Ressaltou ainda que, no momento de apreciação pelo Consup, em tese todos os pontos do  
52 documento podem ser alterados. A servidora Conceição Aparecida Gonçalves Destro questionou se  
53 a aprovação do documento, caso não seja feita pelo Conselho, passa a ser de responsabilidade do  
54 Reitor. Suélen disse acreditar que não, justamente por esse motivo: o fato de que nesse aspecto a  
55 Reitoria se difere dos *campi*, que têm seus regimentos complementares aprovados pelos seus

56 conselhos. Conceição disse que vê vantagens em o Regimento não ser aprovado pelo Conselho,  
57 mas ter, por exemplo, essa competência delegada ao Reitor, pois isso abriria a possibilidade de o  
58 documento ser novamente debatido e aprovado em conjunto com os servidores da Reitoria em vez  
59 de ser discutido e alterado somente no Consup. Nesse momento, Leonardo disse que acredita que  
60 os *campi* estão de certa forma vinculados à Reitoria, e por isso muitos de seus servidores  
61 acreditam que devem participar das discussões referentes inclusive aos nossos documentos  
62 norteadores internos, tendo em vista que eles podem impactar no seu trabalho na ponta.  
63 Leonardo também afirmou que considera importante que se faça a ressalva de que consideramos  
64 importante a participação dos *campi* na discussão do Regimento Complementar da Reitoria, por  
65 exemplo, mas que a colega Suélen está no Consup como nossa representante também podendo  
66 fazer explicações sobre a construção do documento e seu conteúdo, se for necessário. Por fim,  
67 Suélen disse que, como os *campi* têm estrutura e documentos norteadores próprios, acredita que  
68 o Regimento Complementar da Reitoria não sofrerá grandes resistências para sua aprovação,  
69 afinal, nossa responsabilidade de dar suporte às atividades de toda a instituição já existe e  
70 permanecerá existindo. Sobre a reunião extraordinária para apreciação da situação do imóvel do  
71 *campus* Ibirubá, Suélen disse não ter considerações a fazer por se tratar de tema bem específico e  
72 que não diz respeito ao interesse direto dos servidores da Reitoria. Sobre a reunião ordinária, há  
73 duas pautas relevantes a serem apreciadas: a Regulamentação de Encargos Docentes e a proposta  
74 de alteração da Organização Didática do IFRS. Sobre os encargos docentes, Suélen lembrou que o  
75 tema já estava previsto para discussão na reunião anterior do Consup, sendo que naquela  
76 oportunidade o conselheiro André Rosa Martins, do *Campus* Porto Alegre, pediu vistas do processo  
77 e, portanto, deve apresentar seu parecer nesta próxima reunião. Suélen destacou alguns dos  
78 pontos que vão ser discutidos nesse item da pauta, tais como a carga horária dos docentes de pós-  
79 graduação, por exemplo, e que deve gerar bastante discussão entre os conselheiros. A Organização  
80 Didática, por sua vez, teve seu parecer elaborado pelos conselheiros Adriana de Farias Ramos e  
81 Odair José Spenthof, do *Campus* Sertão. Suélen comentou que o servidor André também pediu  
82 vistas desse processo. Além disso, diz que percebeu inúmeros apontamentos no parecer e que,  
83 apesar de eles não terem sugestão de nova redação, por exemplo, ainda assim devem gerar  
84 bastante discussão por se tratar de tema tão relevante. Nesse sentido, destacou que considera  
85 muito importante a presença de servidores docentes na Comissão de Legislação, Normas,  
86 Regimentos, Redação e Recursos do Consup, pois são eles que mais entendem e os maiores

87 afetados por documentos como esse. Além disso, disse ainda que vai sugerir que haja também a  
88 participação de discentes na comissão, tendo em vista o interesse também dessa categoria em  
89 praticamente todas as pautas discutidas no Consup. **3. Comissão do Regimento complementar da**  
90 **Reitoria – Apreciação do texto final.** Na sequência, a servidora Claudineli assumiu a condução da  
91 reunião e lembrou que na última reunião do Fórum ficou acordado que convidariam  
92 representantes da Comissão para revisão do Regimento Complementar da Reitoria para esclarecer  
93 as dúvidas que surgiram em função de alterações no texto apresentado em plenária para  
94 aprovação. Também explicou que esse esclarecimento serviria para a servidora Suelen poder  
95 defender a aprovação do texto final caso alguém questionasse essas inclusões posteriores.  
96 Claudineli passou a palavra para o servidor Lael Nervis, da Comissão para revisão do Regimento  
97 Complementar da Reitoria. O servidor disse que houve duas alterações posteriores ao texto que foi  
98 apresentado aos colegas da Reitoria, sendo duas inclusões de setores: a Auditoria Interna e o  
99 Núcleo de Memória (NuMem). No caso da Auditoria, Lael disse tratar-se de setor com Regimento  
100 próprio, sendo, portanto, simples o parágrafo de sua inclusão. A inclusão do NuMem, por sua vez,  
101 deu-se a partir de solicitação da Pró-Reitoria de Extensão (Proex). Lael explicou que por se tratar  
102 de setor que não tem função gratificada vinculada e não contrariar decisões tomadas com relação  
103 à criação de setores, a comissão entendeu não haver problemas em sua inclusão no texto do  
104 documento final. Posteriormente, a servidora Leila Schwarz, que também integra a Comissão para  
105 revisão do Regimento, explicou a situação referente à Comissão de Ética, setor que também havia  
106 solicitado sua inclusão nessa última versão do documento. Leila disse que, como o setor vai ficar  
107 vinculado ao Gabinete do Reitor, a comissão entendeu ser mais apropriado que o setor seja  
108 incluído quando da revisão do Regimento Interno da Reitoria. Diante dos esclarecimentos feitos  
109 por parte da Comissão, Claudineli questionou então os presentes sobre a concordância com essas  
110 alterações propostas e com o texto final a ser apreciado na reunião do Consup, bem como a defesa  
111 desse texto por parte da Suelen, caso algum conselheiro questionasse. Nenhum dos presentes  
112 manifestou contrariedade. Em relação ao NuMem, Leila, que é do Departamento de Extensão da  
113 Proex, explicou que o setor inicialmente teve uma portaria de criação e que, agora, após sua  
114 institucionalização, vai constar em um documento norteador interno e ficar vinculado a um setor  
115 (no caso, a Proex) para que possa dar continuidade ao desenvolvimento de suas atividades. A  
116 servidora ressaltou que o setor não tem função gratificada associada e que o trabalho a ser  
117 realizado vai contar com a participação de outros colegas, inclusive de outras Pró-reitorias da

118 instituição. **4. Conversa com representante da Gestão sobre a MPV 914/2020 que trata das**  
119 **mudanças nas eleições de reitores e diretores de campi da rede federal de educação e das**  
120 **universidades e Ofício Circular nº 08/2020/GAB/SPO-MEC que trata do orçamento de pessoal**  
121 **para 2020.** Na sequência, o servidor Bruno tomou a palavra para fazer uma apresentação de *slides*  
122 sobre a Medida Provisória nº 914, de 24 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o processo de  
123 escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II.  
124 Começou informando que no último dia 12 (doze) de fevereiro, ele e a servidora Greicimara Vogt  
125 Ferrari, representando o Fórum Interno dos Servidores, estiveram reunidos com o Reitor do IFRS,  
126 Júlio Xandro Heck, com representantes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação  
127 Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) – Seção Bento Gonçalves, e com discentes  
128 representantes da União dos Estudantes do IFRS para debater o texto legal. No início da  
129 apresentação, Bruno falou sobre os pontos de outras legislações que a Medida Provisória (MP)  
130 altera, dentre os quais destacou a revogação do parágrafo primeiro do artigo 11 da Lei  
131 11.892/2008 (Lei de criação dos institutos federais) e que mencionava a possibilidade de  
132 nomeação de técnicos-administrativos como pró-reitores. Posteriormente, o servidor citou o  
133 parágrafo segundo da MP que obriga a submissão de lista tríplice ao Presidente da República, por  
134 meio do Ministro de Estado da Educação após a eleição cargo de reitor agora também para os  
135 institutos, o que antes só estava previsto para universidades. Na sequência, fez menção ao artigo  
136 da Lei de criação dos institutos que previa o peso de um terço para os votos de cada segmento  
137 (docentes, técnico-administrativos e discentes) nas eleições para reitor e que também foi revogado  
138 pela MP. Agora, o peso dos votos está distribuído da seguinte forma: 70% (setenta por cento) para  
139 os votos de docentes, 15% (quinze por cento) para técnico-administrativos e 15% (quinze por  
140 cento) para os votos de discentes; acabando-se assim com a paridade na escolha dos reitores das  
141 instituições de ensino superior. Posteriormente, Bruno chamou os servidores Amilton de Moura  
142 Figueiredo, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, e Tatiana Weber, Pró-reitora de  
143 Administração, para que fizessem suas considerações sobre esse item da pauta. Inicialmente, a  
144 servidora Claudineli questionou se essa medida, referente ao envio da lista tríplice, já estava sendo  
145 aplicada aos processos eleitorais das universidades. A servidora Tatiana respondeu que sim, pois  
146 no caso dessas instituições a lista tríplice é elaborada pelos seus conselhos superiores, que têm sua  
147 composição baseada nessa mesma proporção de representatividade de seus segmentos. Na  
148 sequência, o servidor Amilton começou sua fala citando que houve, ao longo da história, outras

149 legislações que regulamentaram esse processo nas instituições de ensino superior, e comentando  
150 também que esse processo era diferente em cada uma delas – inclusive havendo, por exemplo,  
151 uma simples consulta à comunidade escolar e que poderia ou não ser acatada pelo conselho  
152 superior da instituição. Nesse sentido, Amilton considera que os institutos federais e o Colégio  
153 Pedro II são os mais afetados pela MP, tendo em vista que muitas universidades já tinham essa  
154 previsão legal no que se refere ao peso dos votos de sua comunidade na escolha de reitores. A  
155 vigência dessa legislação, ressaltou Amilton, é até o próximo dia 02 (dois) de junho – caso não seja  
156 votada até lá. Entre as instituições que têm processo eleitoral nesse período, citou Amilton, estão:  
157 a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). De acordo com Amilton, outros institutos e  
158 universidade devem realizar o processo ainda em 2020, não sendo atingidos, porém, pela vigência  
159 da MP. São eles: Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal Farroupilha (IFFar),  
160 Instituto Federal de Roraima (IFRR) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP), além de outras  
161 instituições de ensino do Rio Grande do Sul, a saber: Universidade Federal do Rio Grande (FURG),  
162 Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto  
163 Alegre (UFCSPA). Posteriormente, Amilton ressaltou que sua fala é simplesmente em defesa da  
164 manutenção e do cumprimento da lei de criação dos institutos federais e do processo democrático  
165 na escolha de seus dirigentes, pois ressaltou que qualquer dos nomes constantes na lista tríplice  
166 enviada à Presidência da República pode ser nomeado – e o que com a vigência da MP passa a  
167 impactar também nas nomeações de pró-reitores e de diretores-gerais de *campi* da instituição, os  
168 quais serão indicados pelo reitor nomeado. Nesse ponto, Tatiana ressaltou ainda que existe o  
169 entendimento de que os nomeados para esses demais cargos de direção (Pró-reitorias e direções  
170 de campi) sequer precisariam ser do quadro de servidores efetivos da instituição, pois o artigo que  
171 regulamentava essas nomeações está na lista dos revogados pela MP. Na sequência, Amilton disse  
172 que outra preocupação é com relação às inúmeras nomeações de militares que já se observa em  
173 cargos importantes do executivo federal e que pode passar a ocorrer também em nossa  
174 instituição, a qual destaca, sempre foi gerida por civis e tem um histórico de construção  
175 democrática. Nesse momento, Claudineli deu como exemplo o que já está ocorrendo no Instituto  
176 Nacional do Seguro Social (INSS), onde militares estão sendo convocados para atender um  
177 aumento de demanda por atendimento no órgão. Em seguida, Leonardo, presidente do Sinasefe,  
178 pediu a palavra para expressar seu descontentamento com a ausência de uma maior participação  
179 dos colegas da Reitoria nas atividades promovidas pelo sindicato e também em outras reuniões

180 com pautas importantes como a de hoje. Leonardo apontou que os efeitos como diminuição de  
181 salário, por exemplo, já estão começando a ser percebidos. Além disso, destacou como essas  
182 medidas causam impactos diretos na qualificação de servidores, tais como a concessão de bolsas,  
183 viagens a serviço etc. Na sequência, mencionou ainda a posse do reitor e dos 17 (dezesete)  
184 diretores-gerais de todos os *campi* do IFRS que ocorreu ontem, dia 27 (vinte e sete) de fevereiro, e  
185 que ilustra a importância do processo democrático dentro da instituição. Por fim, fez um apelo por  
186 uma maior adesão dos colegas à participação nas atividades do sindicato. Na sequência, Guilherme  
187 disse que vê um problema na imposição de medidas como essa por parte do governo, as quais  
188 afetam o funcionamento das instituições e que, no entanto, não são apresentadas e discutidas  
189 com antecedência. Posteriormente, Amilton retomou a palavra para dizer que não se trata de  
190 alarmismo, mas de considerar que muitas das outras medidas antes apresentadas não se  
191 aplicavam aos institutos federais, que agora tiveram sua lei de criação e outras legislações que os  
192 afetam alteradas. Com relação ao que está sendo feito no sentido de debater a possibilidade de  
193 suspensão dos efeitos MP nº 914/2019, Amilton mencionou um encontro entre o Procurador  
194 Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Enrico Rodrigues de Freitas, em  
195 Porto Alegre, e os reitores dos três institutos federais do Rio Grande do Sul: Júlio Xandro Heck  
196 (IFRS), Carla Comerlato Jardim (IFFar) e Flávio Luis Barbosa Nunes (Instituto Federal Sul-  
197 riograndense – IFSul). Nesse sentido, Amilton ressaltou que a MP entra em conflito com diversas  
198 outras legislações que regulamentavam as eleições para reitor nas instituições de ensino superior e  
199 que esses problemas, de ordem jurídica, podem ser um caminho para se buscar questioná-la. Além  
200 disso, afirmou que os reitores dos institutos federais de todo o país, através do Conselho Nacional  
201 das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), têm  
202 procurado apoio junto aos deputados federais de seus estados. Os reitores dos institutos federais  
203 do estado, por exemplo, estiveram reunidos também com o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), que  
204 foi indicado pelo Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para presidir a comissão especial  
205 que vai analisar a Medida Provisória. Na visão de Amilton, essa interlocução pode ser importante,  
206 já que o deputado tem demonstrado defender aspectos como a paridade no peso dos votos dos  
207 três segmentos e que o candidato mais votado seja nomeado. Por fim, Amilton ressaltou a  
208 importância da participação dos servidores e do sindicato, por exemplo, nas tentativas de impedir  
209 o avanço da MP. Assim, na sequência Bruno passou a palavra novamente para a servidora Tatiana,  
210 para tratar do Ofício Circular nº 08/2020/GAB/SPO-MEC, que trata do orçamento de pessoal para o

211 ano de 2020. Tatiana fez algumas considerações iniciais a respeito do orçamento previsto para a  
212 instituição no ano, ressaltando que parte dele está condicionada à aprovação legislativa específica  
213 e outra parte já pode ser considerada menor, tendo em vista que a Lei Orçamentária Anual (LOA)  
214 aprovada pelo Congresso sofreu alterações e ficou abaixo do que previa o Projeto de Lei  
215 Orçamentária enviado pelo Executivo. Relatou, na sequência, que em 4 (quatro) de fevereiro a  
216 instituição recebeu o referido ofício, o qual aponta as questões de diminuição de orçamento  
217 relatadas. Tatiana mencionou ainda o recebimento de outro ofício, este da Secretaria de Educação  
218 Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação, o qual informa um limite para  
219 provimento de cargos e estabelece a necessidade de autorização específica para sua efetivação.  
220 Posteriormente, Tatiana relatou que em contato com o Ministério da Educação foi explicado que a  
221 concessão de benefícios e progressões, por exemplo, não estão proibidas, mas que provimentos  
222 precisam sim ser autorizados. Por fim, Tatiana disse que as decisões internas na instituição visam  
223 garantir o pagamento dos auxílios, benefícios, salários etc. já concedidos; ressaltou, porém, que  
224 não se pode desconsiderar o risco a que o IFRS e outras instituições estão expostas ao manterem  
225 esses pagamentos que, em certa medida, contrariam os documentos recebidos. **5. Assuntos**  
226 **gerais.** Não houve nenhuma manifestação nos assuntos gerais. Nada mais a ser tratado, o servidor  
227 Guilherme Garcia Teixeira, declarou encerrada a reunião. E, para constar, eu, Guilherme Garcia  
228 Teixeira, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da  
229 Comissão do Fórum Interno de Servidores da Reitoria presentes na reunião.

Bruno Diniz Machado \_\_\_\_\_

Claudinei Carin Seiffert \_\_\_\_\_

Guilherme Garcia Teixeira \_\_\_\_\_